

S. João da Madeira
Câmara Municipal

1

MANDATO 2017/2021

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA MADEIRA

ATA Nº 19/2018 - JULHO

- DATA DA REUNIÃO: Vinte e sete de julho de dois mil e dezoito. -----
- LOCAL DA REUNIÃO: Sala das Reuniões, sita no primeiro piso do edifício da Câmara Municipal. -----
- PRESIDIU: Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----
- PRESIDENTE: Jorge Manuel Rodrigues Vultos Sequeira, presente. -----
- VEREADOR: Paulo César Lima Cavaleiro, presente. -----
- VEREADOR: Irene Maria Silva Guimarães, presente. -----
- VEREADOR: António Manuel da Cunha Oliveira (substitui Paula Margarida Pires Gaio Kulzer), presente. -----
- VEREADOR: Dulce Maria Azevedo de Pinho Santos (substitui Maria de Fátima Pereira Moreira dos Santos Roldão), presente. -----
- VEREADOR: José Nuno Lopes Dias Vieira, presente. -----
- VEREADOR: Américo Augusto Santos (substitui Pedro Miguel Ribeiro da Silva), presente. -----
- HORA DE INÍCIO DA REUNIÃO: Dezassete horas e trinta minutos. -----
- SECRETARIU: Maria Madalena Soares de Pinho. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA MADEIRA

REUNIÃO DE 25-08-2018

A Câmara deliberou: por unanimidade, aprovar a
não funcionamento na ausência os seus Vereadores
Paula Gaio, Fátima Roldão e Pedro Silva, por
não terem estado presentes nesta reunião.

A CÂMARA,



PONTO 1 – DELIBERAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA “REABILITAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL DE S. JOÃO DA MADEIRA”

— Presente uma informação do Chefe de Divisão de Obras Municipais, engenheiro Castro Ferreira, sobre o assunto indicado em título, com o seguinte teor: -----

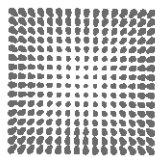
- “1 – Decorrente da necessidade de intervir estrutural e funcionalmente no Mercado Municipal e no recinto que o constitui, requalificando-o, modernizando-o e recentrando-o enquanto importante unidade comercial e ponto de referência de centralidade comercial, histórica, social, económica do concelho de S. João da Madeira, num contributo decisivo enquanto instrumento de gestão pública, aberto e dinâmico, para apetrechar com novas valências e capacidade de atrair novas atividades que complementem e sirvam de âncora não apenas à própria Unidade Comercial e estabelecimentos de comércio e serviços da envolvente, mas também à estratégia de ordenamento urbano e de desenvolvimento socioeconómico do próprio concelho. -----

2 – O preço base é de € 1.231.870,57 (um milhão duzentos e trinta e um mil oitocentos e setenta euros e cinquenta e sete cêntimos) + IVA, submete-se à consideração superior a presente proposta que visa obter autorização para a referida contratação. -----

3 – O prazo de execução da empreitada é de 365 dias. -----

4 – A fixação do preço base foi fixada com base em critérios objetivos, utilizando como referência os preços atualizados do mercado e, nos custos médios unitários, para prestações do mesmo tipo. -----

5 – Por força do preço base o concurso é público nos termos do artigo 19º alínea b) do CCP. -----



J.
P.L.

6 – A aprovação das peças do procedimento, nos termos da alínea c) do nº 1 e nº 2 do artº 40º do CCP, ou seja, a minuta do anúncio do concurso, o programa de concurso e o caderno de encargos. -----

7 – Considerando que as prestações a abranger pelo respetivo objeto são técnica e funcionalmente incindíveis não é possível prever nas peças do procedimento a adjudicação por lotes conforme previsto no artigo 46º-A do CCP. -----

8 – Em conformidade com o previsto no artº 67º do CCP, a designação do júri a seguir referido, que conduzirá o concurso. -----

- Presidente: Eng. Castro Ferreira Chefe Divisão Obras Municipais;

- Vogal: Eng. Diana Costa Técnica Superior DOM; -----

- Vogal: Eng. Isabel Xará Técnica Superior DOM; -----

- Vogal suplente: Arq. Maria João Técnica Superior DOM; -----

- Vogal suplente: Arq. Luísa Coutinho Técnica Superior DOM; -----

Que nas suas faltas e impedimento o Presidente do júri seja substituído pelo vogal Eng. Diana Costa. -----

9 - A empreitada consta do Plano Plurianual de Investimentos sob o projeto 2016 I

10. -----

Anexos: -----

Proposta de cabimento -----

Minuta do anúncio -----

Programa de Procedimento -----

Caderno de encargos -----

Projeto -----

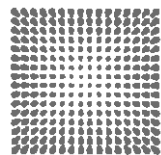
--- Na apresentação do assunto, o senhor Presidente referiu: Como todos sabem, já aqui aprovámos o anteprojecto de reabilitação do mercado, subseqüentemente a isso foi contratada uma equipa para elaborar o projecto tendo em vista a submissão do projecto a concurso para concretização da empreitada que está financiada no



J.
Q.M.

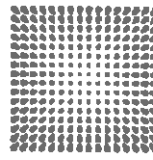
âmbito do PEDU. A empresa contratada para fazer o projeto foi a mesma que foi contratada para realizar o anteprojeto, para haver harmonia concetual do procedimento, houve um diálogo muito forte entre a equipa contratada e a equipa da Câmara e tomou-se necessário também convocar esta reunião extraordinária, porque está a correr o prazo para o lançamento do procedimento nos termos do cronograma contratualizado entre a Câmara e a entidade gestora do programa de financiamento comunitário. No essencial, o projeto que aqui está respeita o anteprojeto, houve apenas - e aqui houve a concordância da equipa de projeto e da equipa da Câmara – uma ligelríssima alteração ao layout da zona do pescado, todos os arquitetos envolvidos concordaram com isso, no sentido de alterar a disposição da zona do pescado para maximizar a zona de frio e para maximizar também a colocação de zona de congelados de pescado e as zonas técnicas. Isto teve o consenso da equipa da SIMAB e da equipa dos arquitetos da Câmara Municipal. Hoje a decisão é de aprovar o projeto, de aprovar o caderno de encargos e aprovar também o programa do procedimento para que, nos termos do termo de aceitação do financiamento, seja imediatamente lançado o concurso. -----

--- O senhor Vereador Paulo Cavaleiro interveio seguidamente, dizendo: acho que a Câmara faz bem em cumprir no essencial a proposta inicial. Não foi fácil arranjar uma empresa que desse, não só pela questão das obras para resolver problemas estruturais e problemas necessários e legislação, mas sobretudo para dar uma forma diferente e uma visão mais interessante ao mercado que hoje compete com dinâmicas muito fortes de empresas com grande capacidade de marketing. Resolvem-se alguns problemas principais que têm a ver sobretudo com os odores da parte dos animais e galináceos, que toda a gente concorda que é uma questão de atração do mercado, mas, ao mesmo tempo que prejudica porque o cheiro que produz é um problema, bem como a questão do pescado. Pedia que, mais do que



7
P.L.

a questão procedimental, nos fosse fornecida a memória descritiva que existia com as alterações que teve, para termos o processo que vai servir de base ao concurso que está aqui apresentado. Não da parte da empreitada, mas da parte do conceito. Mais importante até que apenas a questão das intervenções físicas, que são importantes, é sobretudo a mudança de conceito que vamos ter no mercado, que, depois das últimas obras, os comerciantes ficaram a perceber que não é só com o estacionamento ou com esta ou aquela nuance de obra que o mercado pode ter um futuro, é com uma mudança sobretudo também de uma oferta diferenciadora que vamos ter, que é concentrar sobretudo a maior parte dos vendedores no piso de baixo, a abertura de lojas para o interior, uma zona de lazer com restauração, uma parte de incubadora de microempresas, uma loja de S. João da Madeira e no piso de cima é a área, em termos estéticos, de melhoria que é possível fazer. Sobre isso, concordamos. O processo já está a atrasar um bocadinho, um primeiro procedimento ficou deserto e agora teve que se voltar a fazer e o mercado todos os dias, como nós sabemos, quanto mais concorrência há e com o tempo as coisas perdem um bocado de força, mas admito que esta solução possa vir a trazer um futuro novo ao mercado e até depois conquistar novas pessoas que queiram ter o seu espaço comercial no mercado. Assim como também ao mesmo tempo potenciar aquilo que nós temos de mais valia, que são os lavradores, que é sobretudo diferenciador numa cidade tão urbana como a nossa, isso sim é que é um produto diferente daquele que oferece as superfícies comerciais. As coisas mais próprias do mercado vão conseguir conviver com a modernidade. Tão importante como as obras é preciso também ter uma gestão profissional do mercado, com marketing associado para que ele possa ser uma atração. É isso que todos nós queremos. Neste conceito e dinâmica de novos mercados vamos ter aqui um bom equipamento e também o estacionamento é importante. Queria também realçar que



J
Fh

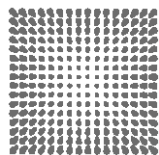
é muito importante ter em atenção como é que vão decorrer as obras. A gestão de uma obra deste tipo é algo que é delicado e gerir aquela gente toda não é fácil e envolvê-los também na solução é importante. -----

— O senhor Vereador Américo Santos interveio seguidamente, dizendo: sobre este projeto, estou completamente de acordo com uma nova intervenção no mercado, mas o mais importante é saber o que é que vai sair desta grande mudança para não ser mais uma como as anteriores. O importante é que saia daqui uma dinâmica nova para que o mercado não seja meramente para vender legumes e frutas, mas que seja um local de referência para a região, onde conseguimos trazer pessoas a S. João da Madeira. -----

--- O senhor Presidente esclareceu, ainda: para além desta dimensão de intervenção física, este projeto prevê uma intervenção na imagem, no branding e também no modelo de negócio. Paralelamente está-se a trabalhar num modelo de gestão de negócio de forma mais profissionalizada, justamente para ter capacidade de atração de clientela interna e de clientela externa. -----

— O Vereador Paulo Cavaleiro interveio novamente, dizendo: este projeto foi pensado de uma forma, não só na obra, mas também após a obra, para ser uma coisa diferente de uma intervenção normal. O conceito de mercados em Portugal evoluiu de uma forma, nos últimos dez anos, impressionante. Nós procuramos não fazer só um projeto e isto foi alvo de sondagem, há uma sondagem feita por uma empresa credível, junto dos comerciantes e da população, a Câmara tem esse documento. Foram entrevistas presenciais. Houve aqui um trabalho de base muito grande para que se corra o menor risco, para que efetivamente o mercado seja um polo de atração muito grande, porque efetivamente é isso que todos nós queremos.

--- O senhor Presidente disse ainda que o anteprojeto do mercado, aprovado pela Câmara, foi também previamente discutido com a comissão de vendedores do



J.
P.

mercado e com comerciantes do mercado. Foram feitas duas reuniões para apresentar o projeto às pessoas. -----

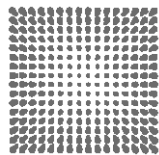
--- Finda a discussão, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto, o caderno de encargos, o programa de concurso, a abertura de concurso público, o preço base de um milhão duzentos e trinta e um mil oitocentos e setenta euros e cinquenta e sete cêntimos (1.231.870,57€) mais IVA e a constituição do júri, nos termos da informação. -----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

PONTO 2 – PROPOSTA DE PROTOCOLO COM A JUNTA DE FREGUESIA PARA A GESTÃO PARTILHADA DO “PARQUE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES”

--- Presente a minuta do Protocolo de Gestão Partilhada do Parque de Nossa Senhora dos Milagres, a celebrar entre o Município de S. João da Madeira e a Freguesia de S. João da Madeira, do qual se anexa fotocópia à presente ata, ficando a fazer parte integrante da mesma. -----

--- Na apresentação do assunto, o senhor Presidente salientou que, com a aprovação deste instrumento revogar-se-á o protocolo celebrado em mil novecentos e noventa e seis, conforme consta da cláusula décima da minuta em apreciação. Considera que este protocolo corresponde a um interesse público que configura a melhor solução para a gestão do Parque Nossa Senhora dos Milagres, que é um equipamento de fruição pública e de experiência religiosa extremamente importante na cidade. Tornava-se necessário obter um entendimento entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia para ultrapassar alguns constrangimentos de gestão e questões práticas que se vinham colocando ao longo do tempo. -----



Handwritten signature in blue ink.

--- O senhor Vereador Paulo Cavaleiro interveio, dizendo: nós não somos contra este protocolo, mas queremos aqui realçar que a Junta de Freguesia, que no mandato anterior queria mais competências, acaba de abdicar de competências com este protocolo! E basicamente vai fazer aquilo que a Junta de Freguesia fez durante quatro anos, vai tratar daquilo que tratou durante quatro anos, que é o espaço dos caninos, o parque infantil, a zona de merendas e os WC's! A Câmara agora apenas vai concretizar aquilo que a Junta de Freguesia fez durante quatro anos! Percebemos isso, achamos que se calhar temos todos a ganhar, sendo certo que vai existir sempre aqui um problema de as pessoas não perceberem de quem é a responsabilidade do quê! Por exemplo: as pessoas queixam-se das casas de banho, que é sempre um dado delicado, e as pessoas depois não sabem que as casas de banho no Parque de Nossa Senhora dos Milagres são da responsabilidade da Junta de Freguesia! É sempre difícil, como já era quando estava tudo afeto à Junta de Freguesia. O que é verdade é que durante os mandatos de 2002 a 2013, a Junta de Freguesia foi gerida pelo PSD e nós tivemos sempre reclamação por parte da Junta de Freguesia, através de carta, email, etc., mas a Junta sempre assumiu a sua responsabilidade de tratar do Parque durante esse tempo. E é isso que nós queremos realçar. O Parque chegou ao estado a que chegou porque a Junta de Freguesia preferiu pedir competências a agora abdica delas! É uma coisa extraordinária! Até queria tomar conta dos jardins todos da cidade, na altura! A lei prevê que possa haver essas parcerias, mas também prevê que cada concelho avalie se há mais valia para o interesse público entregar os serviços à Junta de Freguesia ou se é a Câmara continuar a executá-lo, como era o caso. -----

Há aqui uma coisa que me causa alguma estranheza: enquanto que, no protocolo anterior, quer o pessoal, quer os equipamentos era claramente definido o que é que



J.
A.Li

era de cada um, neste há aqui uma coisa que dá para tudo, que é a questão dos equipamentos – "...comprometem-se a ceder reciprocamente, de acordo com as suas disponibilidades, ferramentas ou maquinaria que um órgão necessite para o exercício das atividades da sua responsabilidade"! Deve ser definido o que é que a Junta pode ceder à Câmara e o que é que a Câmara cede à Junta. No protocolo anterior definia o que é o que a Câmara cedia à Junta. A Câmara pode emprestar coisas à Junta de Freguesia assim de uma forma aberta? Não estar definido, acho que entramos aqui numa coisa um bocadinho difícil, depois numa inspeção não sei se isto é complicado, quer para um órgão, quer para outro! Não é normal a Câmara emprestar equipamentos a outras instituições! Nem estou a ver o que é que a Junta de Freguesia pode emprestar à Câmara Municipal! Nós sabemos como é que são as inspeções com estas coisas. Este ponto deveria ficar mais claro. -----

--- O senhor Presidente, relativamente a esta parte do protocolo, nº 3 da cláusula 5ª, esclareceu: na realidade, no protocolo de 1996 foi necessário prever a transferência de pessoal e de equipamento justamente porque estava em causa, nesse protocolo, a transferência de uma competência vasta para a Junta de Freguesia. O protocolo de 1996 preconizava a transferência para a Junta da limpeza de todo o Parque e consignou-se à Junta um conjunto de equipamentos. Este equipamento está obsoleto. E mesmo os dois funcionários que se previa passarem para lá, também segundo o que apurámos, não passaram por lá. Um funcionário que estava a trabalhar, sob contrato a termo, desvinculou-se da Câmara Municipal e depois fez um contrato com a Junta de freguesia. No quadro deste protocolo, a Junta de Freguesia tem o pessoal e tem os meios para cumprir as tarefas que lhes estão neste momento adstritas. Não se prevê a necessidade de ceder, por regra, equipamento da Câmara Municipal à Junta de Freguesia. Na eventualidade de, por vezes, ser necessário um martelo, uma roçadeira, em termos



J.
A. L.

pontuais, para dar cobertura a esse tipo de cedências que serão meramente ocasionais e pontuais, para prevenir isso é que se colocou aqui esta regra. Eu não vejo aqui problemas porque nós também temos aportes de partilha. -----

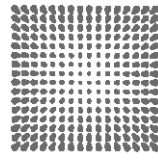
— O senhor Vereador Américo Santos, no uso da palavra, disse: eu não considero a Junta de Freguesia como uma instituição qualquer, a Junta faz parte do poder da cidade. Eu acho que a Câmara tem obrigação de dar todo o apoio à Junta de Freguesia, a Junta de Freguesia está próxima da população, deve ser dignificada dentro da cidade para exercer uma ação em que ela funciona bem juntamente com a Câmara. Tudo aquilo que a Câmara puder dar e ajudar a Junta de Freguesia é, sem dúvida, para a cidade, não para esta ou aquela pessoa. O tipo de tratamento que tem vindo a ser dado, ao longo do tempo, à Junta de Freguesia a mim não me agrada. É tão simples fazer-se um bom trabalho juntamente com a Junta de Freguesia. Temos um parque em que durante muitos anos não se fez nada, um parque que deveria ser um exemplo para a região e não é, esperamos que esta Câmara faça muito mais do que se fez até hoje, porque é pena termos um parque, que foi o primeiro parque que nós tivemos, da forma como ele funciona e como ele está. Todo o apoio que se puder dar à Junta, para mim está bem. -----

— Finda a discussão, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do protocolo e submeter à Assembleia Municipal. -----

— Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

PONTO 3 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À SANJOTEC

--- Presente um requerimento da responsável financeira da Sanjotec – Associação Científica e Tecnológica, solicitando a atribuição de um subsídio para que a Associação cumpra atempadamente o compromisso decorrente do serviço da dívida, no montante de 60.000€ (sessenta mil euros), correspondente aos encargos



J.
Ala

suportados com o empréstimo de médio e longo prazo contraído para a construção do edifício 2. -----

— Na apresentação do assunto, o senhor Presidente informou: quando me foi apresentado o mapa de tesouraria da Sanjotec para este ano, fui confrontado com uma circunstância desse mapa de tesouraria, que era a seguinte: um dos empréstimos que a Sanjotec tem, um empréstimo com a Caixa Geral de Depósitos, o período de carência terminava justamente este ano. Em 2017 a Sanjotec suportou vinte e dois mil euros em juros, em 2018 tem que suportar cento e noventa e nove mil euros. Obviamente que a Sanjotec é autónoma ao nível da sua exploração, gera receitas para suportar os seus custos de exploração, os custos com pessoal, custos de eletricidade, custos de limpeza, custos de vigilância, custos de água, custos de internet, portanto, as rendas pagas são suficientes para sustentar a operação, não são, todavia, suficientes para acorrer, este ano e nos anos seguintes, ao serviço da dívida. O que é que nós fizemos? Por um lado, tentar substituir alguns empréstimos com taxas de juro mais baratas, por outro lado, relativamente a este financiamento da Caixa Geral de Depósitos de imediato convoquei a Caixa Geral de Depósitos para uma reunião para renegociar este empréstimo em termos de prazo. Este empréstimo tem um prazo de sete anos e a manter-se esta situação, nós nos anos vindouros teremos que fazer um grande esforço financeiro para acorrer à sua liquidação e, portanto, propusemos à Caixa uma renegociação, em termos de prazo, deste empréstimo. A Caixa já deliberou aceitar essa proposta, com efeitos inclusivamente retroativos, só que isso não está formalizado e enquanto não está formalizado nós não podemos entrar em incumprimento e toma-se necessário fazer este pagamento. -----

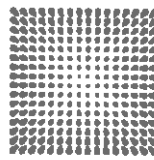
— O senhor Vereador Américo Santos, no uso da palavra, disse: sobre este ponto não tenho dúvidas que se deve apoiar este financiamento para que a Câmara saia



J.
pli

bem disto. Quando foi feito o primeiro protocolo, no início, com a Sanjotec, a Sanjotec tinha outros sócios. Mas parece que esses sócios eram só sócios de nome, não eram sócios para pagar! Na altura foi questionado por que é que eram aqueles sócios e não eram outros! A resposta foi dada, foi entendido e foi dito também que iria ser aberto a novos sócios. Se calhar muita gente gostaria de ser sócio pelo prestígio que tem estarem ligados à Sanjotec. A Sanjotec tem uma série de situações que devem ser avaliadas. Eu vejo a preocupação do senhor Presidente relativamente ao futuro e aos custos que a Sanjotec traz e tem que haver alguma coisa além disso. As rendas que se pagam na Sanjotec são rendas muito baixas e são muito baixas numa perspetiva, e muito bem, o projeto está bem delineado, que é apoio a jovens, apoio a novas empresas que ocupam um espaço de prestígio com serviços à volta delas para se transformarem numa grande empresa, aprenderem a caminhar e sair. A Sanjotec que já existe há dez anos, parece que o único que aprendeu a caminhar fui eu, que estava na Sanjotec, tinha lá o meu gabinete de engenharia, cheguei a uma altura em que devia dar o espaço a outro e dei o espaço a outro. A Sanjotec tem também que ser vista nessa perspetiva. Quanto tempo eu tenho direito a estar dentro da Sanjotec, quanto é que eu pago pela renda, quando vou continuar a pagar um valor simbólico mesmo estando numa empresa altamente rentável lá dentro e quando é que eu tenho que sair da Sanjotec? Isto é um problema que deve ser muito bem estudado, ponderado, porque depois vêm as críticas, com todo o direito, a dizer que aquilo é só para os amigos! Eu também digo: aquilo é um espaço bonito, muito bom, com uma renda barata para se ter uma empresa. Mas estou de acordo com o financiamento. -----

— O senhor Presidente, sobre a questão das rendas, disse: uma das coisas que pedi, já em 2017, foi um levantamento sobre o preço por metro quadrado de renda



J
PM

em equipamentos semelhantes. As rendas cobradas por metro quadrado pela Sanjotec - pelo levantamento que foi feito - para aquele tipo de serviço, estão alinhadas com o mercado dos parques de ciência e tecnologia. É difícil fazer um aumento de renda. A questão que colocou, e que é pertinente, é equacionar, digamos, para quem ultrapasse o período de incubação ou de maturação definir um período e então sujeitar a um aumento de renda extraordinária. É uma questão que, de facto, pode ser equacionada e que não está fora do nosso horizonte também ponderar. Em todo o caso, hoje, de facto, torna-se absolutamente necessário atribuir este subsídio. -----

O edifício 2 está ocupado a 100% e o edifício 1 tem, neste momento, quatro ou cinco salas vazias e há perspectivas de se fazerem novas locações brevemente. Estamos também a preparar uma cerimónia para assinalar o décimo aniversário da Sanjotec e promover também condignamente este projeto. -----

--- O senhor Vereador Paulo Cavaleiro interveio seguidamente, dizendo: projetos financiados por fundos comunitários que hoje têm sustentabilidade de funcionamento não são assim tantos, e a Sanjotec é um deles. A Sanjotec tem uma característica diferente de todos os projetos. A Sanjotec traz uma grande vantagem à cidade, que são os impostos e a riqueza que é criada, que é uma coisa que podemos medir com alguma nuance, mas que é uma mais valia muito grande para a nossa comunidade. O princípio do projeto que foi além de termos uma lógica de uma mais valia de indústrias tradicionais, temos uma nova dinâmica e temos uma incubadora de base tecnológica e uma incubadora de indústrias culturais e criativas que penso que muitos municípios gostariam de ter aquilo que nós temos em S. João da Madeira. Sabemos todos que a Sanjotec é considerada um dos melhores parques do país nesta área, um dos casos de maior sucesso. Nós podemos até equacionar que algumas empresas possam sair, mas que elas não saiam de S.



7.
Pli

João da Madeira. Se calhar também temos de trabalhar no sentido de criar condições para que as empresas que passam a um determinado estágio tenham sítio para ficar. E esse é que é o desafio, que já era o desafio que tínhamos há algum tempo. A Câmara hoje vai fazer um conjunto de receitas com a venda de lotes industriais que pagarão provavelmente esta questão, que foi a parte nacional, podemos dizer assim, que tivemos que meter no financiamento comunitário. É sempre possível avaliarmos as coisas da maneira que entendemos. Eu estava cá com o senhor Américo, como vereador, quando este projeto se iniciou. A escolha dos sócios foi no sentido de ter uma entidade que representa a maior parte dos empresários e escolheu-se a maior empresa do distrito em termos de trabalhadores. Admito que isso agora possa ser revisto. Até o próprio conceito de incubadora de empresas é um processo evolutivo. Há dez anos atrás o conceito que se tinha de incubadoras era diferente do que existe hoje. Acho que devemos estar todos orgulhosos do sucesso que é hoje a Sanjotec. -----

--- Finda a discussão, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição do subsídio no montante de sessenta mil euros. -----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

PONTO 4 – PROPOSTA DE BILHÉTICA – NOVEMBRO JAZZ

--- Presente uma proposta da Chefe de Divisão da Cultura, Suzana Menezes, sobre o assunto indicado em título, com o seguinte teor: -----

- "Como é do conhecimento superior, decorre este ano a primeira edição do festival **NOVEMBRO JAZZ** que conta com 4 espetáculos, a saber, **JACQUI NAYLOR, LUÍSA SOBRAL, JP SIMÕES & BLOOM** e **ORQUESTRA DE JAZZ DE MATOSINHOS**. -----



7.
Ph

Tratando-se de um festival, e tendo como horizonte o estímulo à aquisição de bilhetes, propõe-se que seja criado um **BILHETE ÚNICO**, de tipologia I e II, como abaixo se discrimina. -----

Este bilhete deve representar uma mais-valia para o público em termos de descontos (não acumulável com descontos oferecidos através do Cartão Amigo ou quaisquer outros descontos previstos em regulamento). -----

O desconto proposto, que objetivamente prevê a oferta do bilhete do espetáculo mais barato, refere-se à aquisição de bilhetes para os 4 espetáculos, ficando dependente dos lugares escolhidos. Mais se informa que não há bilhete único para os lugares nas varandas. -----

Neste sentido, será de considerar a seguinte tipologia de BILHETE ÚNICO: -----

BILHETE ÚNICO I – plateia lugares A a I -----

A aquisição dos 4 bilhetes para os lugares de plateia A a I tem um custo de 37€. Propõe-se que o bilhete único para estes lugares tenha um custo de 28.5€ (oferta de bilhete de 8.5€). -----

BILHETE ÚNICO II – cadeiras orquestra e platela lugares J a R -----

A aquisição dos 4 bilhetes para os lugares de plateia J a R tem um custo de 33€. Propõe-se que o bilhete único para estes lugares tenha um custo de 25.5€ (oferta de bilhete de 7.5€). -----

Para os devidos efeitos, informa-se que, em situação regular, os preços dos bilhetes são os seguintes: -----

JACQUI NAYLOR -----

Cadeiras de Orquestra – 7,50€ -----

Plateia A a I – 8,50€ -----

Platela J a R – 7,50€ -----

1ª varanda – 6,50€ -----



2ª varanda – 5€ -----

LMR – 5€ -----

LUÍSA SOBRAL -----

Cadeiras de Orquestra – 9€ -----

Plateia A a I – 10€ -----

Plateia J a R – 9€ -----

1ª varanda – 7€ -----

2ª varanda – 5€ -----

LMR – 5€ -----

JP SIMÕES I BLOOM -----

Cadeiras de Orquestra – 7,50€ -----

Plateia A a I – 8,50€ -----

Plateia J a R – 7,50€ -----

1ª varanda – 6,50€ -----

2ª varanda – 5€ -----

LMR – 5€ -----

ORQUESTRA DE JAZZ DE MATOSINHOS -----

Cadeiras de Orquestra – 9€ -----

Plateia A a I – 10€ -----

Plateia J a R – 9€ -----

1ª varanda – 7€ -----

2ª varanda – 5€ -----

LMR – 5€" -----

--- A senhora Vereadora Dulce Santos perguntou quantas pessoas já aderiram ao "Cartão Amigo" da Casa da Criatividade e se está de acordo com as expetativas. -



S. João da Madeira
Câmara Municipal

— O senhor Presidente respondeu que a última informação que tinha, que terá quatro semanas, tinham-se vendido vinte e cinco cartões. Não foi fixada uma meta, o cartão tem sido promovido no Facebook, tem sido promovido nos meios de comunicação social local e está a ser promovido na própria Casa de Criatividade. Há data de hoje não sabia quantos cartões foram vendidos. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

— E NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, FOI PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ENCERRADA A REUNIÃO, ERAM DEZOITO HORAS E QUARENTA MINUTOS. -----

--- PARA CONSTAR E DEVIDOS EFEITOS SE LAVROU A PRESENTE ATA, QUE VAI SER ASSINADA, E EU, MARIA MADALENA SOARES DE PINHO, SERVINDO DE SECRETÁRIA, A REDIGI E SUBSCREVO. -----

for a c.m. local de 12/12/2017
Maria Madalena Soares de Pinho